



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LETÍCIA PEREIRA ROSA

***PERFORMANCE ORGANIZACIONAL DAS EMPRESAS LISTADAS NO IBRX50:
UM ESTUDO SOB A ÓTICA DA IFRS 16***

Palmas – TO

2020

LETÍCIA PEREIRA ROSA

***PERFORMANCE ORGANIZACIONAL DAS EMPRESAS LISTADAS NO IBRX50:
UM ESTUDO SOB A ÓTICA DA IFRS 16***

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Palmas, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação da Professora Ma. Ingrid Laís de Sena Costa.

Palmas – TO

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

R788p Rosa, Leticia Pereira.
Performance organizacional das empresas listadas no IBRX50: Um estudo sob a ótica da IFRS 16. / Leticia Pereira Rosa. – Palmas, TO, 2020.
40 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Ciências Contábeis, 2020.
Orientadora : Ingrid Lais de Sena Costa
1. IFRS 16. 2. Norma internacional. 3. IBRX50. 4. Econômico-Financeiro. I.
Título

CDD 657

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

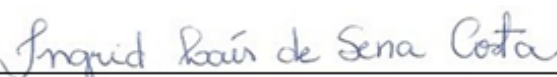
LETÍCIA PEREIRA ROSA

***PERFORMANCE ORGANIZACIONAL DAS EMPRESAS LISTADAS NO IBRX50:
UM ESTUDO SOB A ÓTICA DA IFRS 16***


Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Palmas, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação da Professora Ma. Ingrid Laís de Sena Costa.

Data de aprovação: 22 / 06 / 2020.

Banca examinadora:



Prof^a. Ma. Ingrid Laís de Sena Costa. Orientadora. UFT



Prof. Me. Carlos Vicente Berner. Examinador. UFT



Prof. Me. Daniel da Silva Félix. Examinador. UFT

Entrega o teu caminho ao senhor; confia nele,
e ele o fará. E ele fará sobressair a tua justiça
como a luz, e o teu juízo como o meio-dia.
(Salmos 37: 5,6)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me proporcionado chegar até aqui, por sempre está cuidando de mim e guiando os meus passos.

A Universidade Federal do Tocantins por essa oportunidade, aos professores por todo o aprendizado, aos leitores por dedicarem tempo lendo esta pesquisa e a minha orientadora Ingrid Laís de Sena Costa por todo o apoio, por todas as orientações e por sua amizade.

A minha mãe Dulcineia Maria de Oliveira, ao meu pai Marcos Wendel Rosa e a minha irmã Amanda Melina Rosa por toda a disponibilidade em me ajudar nesses anos e por sempre estarem ao meu lado em todas as minhas decisões, a família como sempre é à base de tudo, amo todos vocês. Agradeço em especial ao meu avô Juvenil Dias Rosa que não pode estar presente todos esses anos, mas que tenho certeza que de onde está ele sempre olha por mim e que deve estar muito feliz com essa conquista, saudades eternas.

Ao meu namorado Herik Freitas Araújo, por todo seu companheirismo, dedicação, paciência e amor, neste momento tão importante que foi a elaboração da minha monografia.

Aos meus amigos Lucinara Bento de Oliveira e Ezequiel Rodrigues da Silva pela parceria durante esses anos, por vários momentos de estudos, aprendizados e por serem pessoas maravilhosas comigo.

RESUMO

Com o intuito de obter a padronização das normas de contabilidade, houve uma atualização no CPC 06 para que alcançasse a norma internacional IFRS 16, visando contribuir para a sociedade, o presente estudo tem como objetivo analisar os impactos trazidos pela IFRS 16 no desenvolvimento econômico-financeiro das companhias brasileiras listadas no IBrX50. A metodologia adotada nesta pesquisa é descritiva, bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa e quantitativa. Para a composição da amostra utilizou-se as empresas brasileiras listadas no IBrX50 no período de 2016 a 2019, fazendo uma comparação de anos antes e anos após a adoção da norma. A coleta de dados foi feita por meio da plataforma *Economática* e pelos sites das companhias, e o tratamento e análise dos dados foram avaliados através da aplicação de alguns indicadores de desempenho. Os resultados deste estudo apresentaram 184 observações analisadas de forma quali-quantitativa que mostraram que a norma trouxe variações quanto aos indicadores, destacando uma variação positiva no volume do imobilizado. Quanto aos níveis de endividamento e solvência, estes não sofreram fortes variações, entretanto, encontrou-se um declínio no retorno para seus acionistas e um aumento significativo no valor de mercado.

Palavra – chave: IFRS 16; Norma internacional; IBrX50; Econômico-financeiro; Indicadores.

ABSTRACT

In order to obtain the standardization of accounting standards, there was an update in CPC 06 to reach the international standard IFRS 16, aiming to contribute to society, the present study aims to analyze the impacts brought by IFRS 16 on economic- financial performance of Brazilian companies listed on the IBrX50. The methodology adopted in this research is descriptive, bibliographic and documentary, with a qualitative and quantitative approach. To compose the sample, Brazilian companies listed on the IBrX50 in the period from 2016 to 2019 were used, making a comparison of years before and years after the adoption of the standard. Data collection was carried out through the Economatica platform and the companies' websites, and the treatment and analysis of the data were evaluated through the application of some performance indicators. The results of this study showed 184 observations analyzed in a qualitative and quantitative way that showed that the standard brought variations in terms of indicators, highlighting a positive variation in the volume of fixed assets. As for the levels of indebtedness and solvency, these did not suffer strong variations, however, there was a decline in the return for its shareholders and a significant increase in the market value.

Keyword: IFRS 16; International standard; IBrX50; Economic and financial; Indicators.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Indicadores de avaliação de desempenho.	18
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Contabilização do arrendamento mercantil.....	11
Tabela 2: Amostra das empresas do IBrX50.....	17
Tabela 3: Estatísticas descritivas gerais das variáveis (2016 – 2019).....	22
Tabela 4: Estatísticas descritivas das variáveis no período anterior a IFRS 16	23
Tabela 5: Estatísticas descritivas das variáveis no período posterior a IFRS 16	24
Tabela 6: Correlação de Pearson	25
Tabela 7: Teste de diferenças de médias de Mann-Whitney 2016-2019.....	26

LISTA DE SIGLAS

ABEL	Associação Brasileira de Empresas de <i>Leasing</i>
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
B3	Brasil, Bolsa, Balcão
CE	Composição do Endividamento
EBIT	<i>Earnings Before Interest and Taxes</i>
EBITIDA	<i>Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>
IASB	<i>International Accountant Standards Board</i>
IAS	<i>International Accounting Standard</i>
IBrX50	Índice Brasil 50
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
LC	Liquidez Corrente
LL	Lucro Líquido
MTB	<i>Market-to-book</i>
PC	Passivo Circulante
PL	Patrimônio Líquido
PNC	Passivo não Circulante
ROA	Retorno sobre o Ativo
ROE	Retorno sobre o Patrimônio Líquido
TAM	Tamanho da Empresa
VARIMOB	Variação do Imobilizado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: DEFINIÇÃO DO TRABALHO	5
1.1 Introdução	5
1.2 Problema	6
1.3 Objetivos	6
1.3.1 Objetivo Geral	6
1.3.2 Objetivos Específicos	7
1.4 Justificativa	7
1.5 Estrutura do Trabalho	8
CAPÍTULO 2: REVISÃO DA LITERATURA	9
2.1 Arrendamento Mercantil	9
2.2 Desempenho Econômico Financeiro	11
2.3 Estudos Anteriores	13
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA DA PESQUISA	16
3.1 Tipologia da pesquisa	16
3.2 Amostra e coleta de dados	16
3.3 Tratamento e análise dos dados	17
CAPÍTULO 4: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	19
4.1 Análise qualitativa da norma de arrendamentos	19
4.2 Análise do desempenho organizacional das companhias pertencentes ao IBRX50	20
4.2.1 Análise descritiva dos dados	21
4.2.3 Análise sobre a Correlação de Pearson	24
4.2.4 Análise inferencial da divulgação das informações sobre IFRS 16.	26
CAPÍTULO 5: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	27
REFERÊNCIAS	29

CAPÍTULO 1: DEFINIÇÃO DO TRABALHO

1.1 Introdução

Com o objetivo de melhorar a qualidade da informação contábil, a convergência das normas para às do *International Accountant Standards Board* – IASB tem em vista reportar a informação reduzindo o conflito e assimetria observados na teoria da agência. Para a verificação das melhorias trazidas após a convergência, é observado se elas estão correlacionadas com o preço de mercado das ações, se realmente está havendo importância por meio do mercado ou dos investidores em relação às informações publicadas pelas companhias (SANTOS; STAROSKY FILHO; KLANN, 2014).

Nesse sentido, o padrão internacional trazido por meio das *International Financial Reporting Standards* – IFRS procura integrar a economia mundial de modo que as informações voltadas para os seus usuários venham ser mais confiáveis, compreensíveis e comparáveis (MOURA, 2017).

Araújo e Zittei (2018) afirmam que uma modalidade importante da economia local são as operações de *leasing*, conhecidas também como arrendamento mercantil ou aluguel (*to lease*: alugar). Ribeiro, Reis e Pinheiro (2014) definem que: “o *leasing* é um tipo de operação de crédito que representa tanto benefícios como obrigações futuras para o arrendatário, e apresenta vantagens operacionais e fiscais que incrementam sua atratividade”.

A norma internacional que trata de *leasing* é a IFRS 16 que veio para substituir a IAS 17. No Brasil as normas internacionais são traduzidas, interpretadas e divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, desta maneira corresponde a IAS 17 o CPC 06 (R1) e a IFRS 16 o CPC 06 (R2). Com essa alteração que ocorreu em âmbito internacional e, conseqüentemente, devido à padronização das normas contábeis, no Brasil, também houve impactos no patrimônio das companhias.

Os contratos de arrendamento mercantil de acordo com o CPC 06 (R1) eram divididos em arrendamento mercantil financeiro e operacional, contudo no balanço patrimonial da arrendatária era reconhecido somente o financeiro (OLIVEIRA; BONFIM; FRAGA, 2019). Com alteração para o CPC 06 (R2) todos os contratos serão reconhecidos no patrimônio da arrendatária, com exceção de alguns acerca do valor e tempo de duração, dessa forma a nova norma acaba com a divisão anterior.

De acordo com a atualização os objetivos que serão considerados principais são a transparência e a comparabilidade, trazendo mudanças que não têm impactos apenas no

balanço patrimonial, mas também a contabilização do bem arrendado de forma que as despesas financeiras serão calculadas sobre o passivo, mostrando no início do prazo do arrendamento despesas maiores (RIBEIRO, 2017).

A norma irá evidenciar, dentre outras alterações, em relação aos indicadores de desempenho o acréscimo do reconhecimento de novos ativos e passivos e as mudanças quanto às apresentações dos valores. Exemplos de indicadores que serão afetados são: alavancagem financeira, cobertura de juros e rotação do ativo, o que poderá prejudicar a capacidade de satisfazer algumas cláusulas contratuais (KPMG, 2016).

Com isso observa-se a importância de avaliar quanto aos impactos causados em relação à norma que entrou em vigor este ano. O presente estudo é caracterizado por comparar a aplicação da norma em anos antes de sua vigência e após, com intuito de obter resultados por meio de indicadores quanto à situação das companhias.

1.2 Problema

Devido ao padrão único, adotado por meio do processo de convergência das normas contábeis internacionais, algumas questões contábeis vem evoluindo e modificando suas formas de reconhecimento e mensuração, com o objetivo de torna-se cada vez mais representativas da realidade econômica das companhias, neste sentido, recentemente foi revisada a norma relativa ao arrendamento mercantil, trazendo algumas abordagens novas para sua contabilização, o que conseqüentemente, pode ocasionar impactos em diversos aspectos das organizações.

Visto isso, surge a seguinte questão desta pesquisa: Quais os impactos no desempenho econômico-financeiro das companhias brasileiras trazidos pela IFRS 16?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar os impactos da IFRS 16 no desempenho econômico-financeiro das companhias brasileiras.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar as principais alterações trazidas pela IFRS 16;
- Analisar o desempenho econômico-financeiro das companhias brasileiras do IBRX50;
- Verificar o impacto da alteração da norma sobre o desempenho das companhias brasileiras.

1.4 Justificativa

As normas internacionais de contabilidade têm como intuito a padronização, com isso surgiu à necessidade de atualizar o pronunciamento técnico CPC 06 que trata de operações de arrendamento mercantil, para corresponder a IFRS 16, onde a principal das mudanças ocorridas foi a forma de contabilização dos arrendamentos mercantis. Devido a isto, no Brasil, se encontra a necessidade de pesquisas que venham demonstrar como isso reflete no patrimônio das companhias.

Os artigos publicados anteriormente não possuíam dados concretos em relação à adoção da IFRS 16. Diante disso, Oliveira, Bonfim e Fraga (2019) sugerem pesquisas embasadas em dados de empresas reais como: estudos de casos, análise quanto a contratos sobre o serviço de arrendamento e verificação de possíveis alterações no planejamento tributário e na apuração do resultado fiscal devido à nova forma de contabilizar.

Ainda se tratando da literatura existente a respeito das normas do *leasing*, estas utilizam para o seu resultado dados hipotéticos ou com enfoque total no exposto do pronunciamento, assim elencando aspectos quanto a essência sob a forma, reconhecimento de ativos e a comparabilidade. Nesse contexto, com vigência legal é possível desenvolver novos estudos capazes de verificar se as pesquisas anteriores estão correlatas com a realidade.

Diante disso, a importância deste trabalho é demonstrar, avaliar e comparar quais alterações são possíveis notar quanto ao desempenho financeiro, patrimonial e econômico das companhias listadas no índice Brasil 50 sob a ótica da IFRS 16 e contribuir para a comunidade trazendo dados analisados sobre um tema atual e que carece de estudos científicos.

1.5 Estrutura do Trabalho

O presente trabalho é composto por 5 capítulos, onde no Capítulo 1 se encontra a definição do trabalho, sendo composto pela introdução, que tem como intuito contextualizar brevemente o tema estudado; mostrando também o problema de pesquisa, ou seja, a questão que pretende-se obter uma solução; os objetivos, separados por geral e específicos; a justificativa, elucidando os motivos para os quais a pesquisa se faz necessária; e por fim, a estrutura do trabalho que visa evidenciar as etapas adotadas nesta pesquisa.

No Capítulo 2, localiza-se a revisão da literatura, que trata de trazer informações e conceitos sobre o tema já mencionado na introdução de forma aprofundada, embasando-se em outros estudos realizados na área.

Já no Capítulo 3 trata-se da metodologia utilizada na pesquisa, a qual é dividida em tipologia da pesquisa; amostra e coleta de dados; e por último, em como será feito o tratamento e análise dos dados.

Quanto à apresentação e discussão dos resultados, encontra-se no Capítulo 4, onde é feito com base em dados e estudos a análise dos objetivos chegando aos resultados da pesquisa de forma detalhada e condizente com a realidade.

Como desfecho o Capítulo 5 traz as conclusões e recomendações, onde é feito de forma breve um resumo dos resultados alcançados e as sugestões para pesquisas futuras que venham a acrescentar para a comunidade a respeito do tema.

CAPÍTULO 2: REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Arrendamento Mercantil

O Conselho Federal de Contabilidade que tem como finalidade normatizar a profissão contábil, criou em 07 de outubro de 2005 através da resolução 1.055/05 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis. O principal objetivo do Comitê é “o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais” (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2005 p.3).

Um dos objetivos da contabilidade é gerar informações úteis para a tomada de decisão e dentre as características que a informação contábil deve ter, a comparabilidade pode ser citada como uma das mais importantes nesse processo de convergência. O CPC 00 (R1) define comparabilidade da seguinte maneira:

Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. Diferentemente de outras características qualitativas, a comparabilidade não está relacionada com um único item. A comparação requer no mínimo dois itens (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011).

Com isso, em 2010 o Comitê divulgou o CPC 06 (R1) que tinha como intuito a correlação as normas internacionais de contabilidade que correspondia a IAS 17, tratando de arrendamento mercantil também conhecido como *leasing*. Esse CPC permaneceu em vigência até 31 de dezembro de 2018, fazendo-se necessário, para acompanhar as mudanças internacionais, em 2017 a adoção da IFRS 16, ou seja, no Brasil o CPC 06 (R2) que entrou em vigência em 01 de janeiro de 2019.

As principais alterações ocorridas foram quanto ao reconhecimento, mensuração e divulgação dos arrendamentos. Quanto à definição de arrendamento mercantil também houve mudanças, o CPC 06 (R1) conceitua como “um acordo pelo qual o arrendador transmite ao arrendatário em troca de um pagamento ou série de pagamentos o direito de usar um ativo por um período de tempo acordado” (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010). Porém o CPC 06 (R2) traz um novo conceito “arrendamento é o contrato, ou parte do contrato, que transfere o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo

em troca de contraprestação” (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2017). Devido a esta alteração alguns contratos que eram considerados arrendamentos podem passar a não ser e assim o contrário também pode vir ocorrer.

O CPC 06 (R2) também traz as definições de arrendador e arrendatário: “arrendador é a entidade que fornece o direito de usar o ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação. Arrendatário é a entidade que obtém o direito de usar o ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação” (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2017).

A Associação Brasileira de Empresas de *Leasing* (ABEL) em seu informativo nº 205 (2018) destaca que nesta nova forma de contabilizar não há mais distinção entre *leasing* financeiro e operacional sendo assim reconhecida no balanço patrimonial da arrendatária toda forma de arrendamento, exceto em arrendamentos com bens de baixo valor unitário e com menos de 12 meses sem opção de compra. Reforça ainda que na demonstração de resultado onde despesas antes classificadas exclusivamente como operacionais, passam a ser classificadas como: pelo direito de uso a sua amortização como despesa de depreciação e pelos juros sobre o arrendamento como despesa financeira.

Segundo Edeigba e Amenkhienan (2017) a IAS 17 não promove a transparência, pois sua aplicação é suscetível à fraude. Ressalta-se que: (a) os requisitos de divulgação e medição que sustentam a substância dos arrendamentos financeiros podem ser mal interpretados pelos preparadores das demonstrações contábeis; (b) a conformidade ou aplicação de alterações na taxa de juros pode ser adiada para arrendamentos existentes, se houver um impacto significativo no desempenho financeiro durante a data do relatório anual; e (c) a volatilidade na macroeconomia e a imprecisão dos analistas na previsão dos ganhos podem enganar os usuários das demonstrações financeiras sobre a solvência das entidades no longo prazo.

Com o intuito de adequar as deficiências da norma anterior a IFRS 16 propõe que todas as operações de *leasing*, sendo operacional ou financeiro, sejam reconhecidas no ativo da empresa arrendatária. Em relação às empresas arrendadoras a IFRS 16 mantém a contabilização anterior, a qual reconhece ativo somente nas operações de *leasing* operacional. Considerando o conceito de prevalência da essência sobre a forma, o IASB considera a forma mais adequada em relação aos conceitos estabelecidos na estrutura conceitual (MATOS; NIYAMA, 2018).

Outra peculiaridade que é possível observar se trata da definição de ativo imobilizado, de acordo com o CPC 27 (2009):

Ativo imobilizado é o item tangível que: (a) é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e (b) se espera utilizar por mais de um período. Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

No CPC 06 (R1) quanto ao reconhecimento e contabilização do arrendamento mercantil, não seguia fielmente o que está descrito no CPC 27, com a atualização ficará evidenciado de maneira transparente e retratando o que de fato está ocorrendo no ativo imobilizado das companhias.

Tabela 1: Contabilização do arrendamento mercantil.

	IAS 17		IFRS 16
Apresentação	Contabilização de arrendamento operacional	Contabilização de arrendamento financeiro	Contabilização de arrendamento mercantil
Ativo	Nenhum ativo reconhecido	Ativo imobilizado	Direito de uso do ativo
Passivo	Nenhum passivo reconhecido	Passivo de arrendamento	Passivo de arrendamento
Demonstração do resultado	Despesa de arrendamento operacional	Depreciação e despesa financeira	Depreciação e despesa financeira

Fonte: Pricewaterhousecoopers (2017).

Como é possível notar na Tabela 1, a IFRS 16 começa a exigir que os arrendadores passem a reconhecer qualquer contrato em seus balanços patrimoniais, para que seja possível em determinado período refletir o direito de uso do ativo, no passivo o pagamento do aluguel e reconhecimento dos juros do passivo e a amortização do ativo são evidenciados na demonstração do resultado da empresa (PRICEWATERHOUSECOOPERS, 2017).

Portanto, analisando o exposto destacaram-se algumas das alterações ocorridas quanto à nova norma adotada pelo Brasil visando à padronização internacional, o que demonstra que existe grande relevância nas pesquisas sobre o tema para destrinchar cada uma dessas mudanças correlacionando a teoria com a realidade.

2.2 Desempenho Econômico Financeiro

De acordo com Fischmann e Zilber (1999, p.2) o desempenho de uma organização pode ser definido como “a capacidade da empresa atingir seus objetivos estratégicos através

da implementação de estratégias adotadas dentro do seu processo de planejamento”. Ainda reforça que a empresa para verificar o estado de sua gestão estratégica deve contar com indicadores de desempenho.

A forma de avaliar o desempenho econômico financeiro nas demonstrações contábeis tem o objetivo de auxiliar na tomada de decisões. Ressaltando-se que os índices contábeis tradicionais são divididos em três, sendo eles: índices de liquidez, rentabilidade e estrutura de capital (BORTOLUZZI et al., 2011).

Para utilizar as medidas de desempenho é necessário avaliar o que se deve ser medido, tendo em vista que uma empresa possui diversas atividades. A determinação da medida depende da complexidade do processo que será avaliado, a sua importância em relação às metas estabelecidas, bem como sua expectativa de uso gerencial posterior aos dados. Tendo em vista que os dados de uma área podem ser importantes para outra, salienta-se que os todos os dados são essenciais para os gestores (CALLADO; CALLADO; ALMEIDA, 2007).

Os indicadores financeiros ou índices financeiros surgiram no século XX e passaram a ser utilizados como forma de avaliação na medida do desempenho econômico financeiro por acadêmicos, pesquisadores e empresas (BONFIM, 2014). A legislação brasileira exige, pela ótica econômica e financeira, demonstrativos financeiros que meçam o desempenho empresarial. Assim os usuários das demonstrações possuem dados que são frutos de determinações legais garantindo a transparência das atividades empresariais (CARVALHO et al., 2017).

Os acionistas estão interessados no nível presente e futuro do risco, apurados com base nos índices de liquidez, atividade e endividamento. Aos credores interessa a liquidez em curto prazo e a capacidade da empresa em cumprir com os seus compromissos em longo prazo. E por fim o administrador, o qual se preocupa com todos os aspectos que compõem a situação econômico-financeira da empresa (KANESIRO, 2008).

A Pricewaterhousecoopers (2017), enfatiza que a norma IFRS 16 afeta a maioria dos coeficientes financeiros e métricas de desempenho utilizados pelas empresas, como a alavancagem financeira, o índice de liquidez, o índice de giros de ativos, o quociente de cobertura, EBITIDA, EBIT, lucro operacional e líquido, lucro por ação, retorno sobre o capital e patrimônio líquido e o fluxo de caixa operacional. Com intuito de avaliar o desempenho econômico financeiro utilizaremos indicadores para mensurar a situação patrimonial, financeira e econômica de algumas das companhias brasileiras visando evidenciar quais mudanças e quais efeitos realmente tiveram após a adoção da IFRS 16.

2.3 Estudos Anteriores

No Brasil, a atualização do CPC 06 (R1) entrou em vigor no dia 01 de janeiro deste ano, mas já havia sido divulgado em 2017 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis o CPC 06 (R2) que corresponde a IFRS 16. Os estudos divulgados ao longo deste período eram embasados nas alterações ocorridas nesta transição, alguns trabalhos chegaram a demonstrar os impactos causados no patrimônio das companhias.

Oliveira, Bonfim e Fraga (2019) realizaram um estudo acerca do impacto que a adoção do CPC 06 (R2) causará nas demonstrações contábeis e índices financeiros das empresas arrendatárias. As informações utilizadas para a obtenção de resultados foram contratos de arrendamento hipotéticos para calcular os montantes do patrimônio, resultado e mensuração dos índices econômico-financeiros. Os resultados obtidos quanto ao montante registrado, é que houve um aumento devido à norma reconhecer no patrimônio o que antes não era reconhecido, e quanto aos indicadores, há uma mudança positiva no resultado operacional e negativa na liquidez, endividamento e retorno dos ativos, impactando de forma desfavorável as decisões.

Araújo e Zittei (2018) desenvolveram um trabalho referente aos impactos esperados sobre as mudanças normativas e qual a perspectiva sobre as operações de arrendamento, ressaltando a composição de endividamento e liquidez corrente e seca. Dos resultados encontrados notou-se que as operações financeiras com o reconhecimento de novos ativos, passivos e despesas, serão afetadas e devido a isso causa uma certa preocupação em relação a alavancagem, perdas de crédito e *Covenants*.

Matos e Niyama (2018) pesquisaram quanto aos principais desafios e impactos da norma IFRS 16 e suas implicações quanto à contabilização dos arrendamentos analisando também a observância dos modelos impostos à luz da primazia da essência sobre a forma. Trata-se de um debate teórico para analisar um conhecimento ainda não desenvolvido, com isso detecta os principais problemas, desafios e analisa documentos publicados. Os resultados expõem os principais desafios percebidos pelas arrendatárias, conceitos que determinam se o contrato se trata ou não de *leasing* e o impacto nas métricas financeiras por consequência das alterações.

Ribeiro (2017) pesquisou sobre o impacto que pode ser causado na estrutura patrimonial das empresas do setor aéreo listadas na BM&FBOVESPA após a adoção da IFRS 16. Os dados utilizados para chegar ao resultado foram os balanços patrimoniais de 2015 e 2016 visando analisar a contabilização dos contratos de arrendamento e o resultado obtido foi

que haveria impactos devido ao grande volume de contratos, acarretando um aumento de ativo e de endividamento.

Moura (2017) teve o intuito de abordar as alterações na evidenciação do arrendamento mercantil a partir da lei nº 11.638/2007 das Sociedades por Ações. Com o objetivo de analisar o grau de evidenciação dos arrendamentos após as mudanças ocorridas em relação a IFRS 16, em 17 empresas listadas no Ibovespa, fazendo-se uma comparação entre a norma vigente e a que iria entrar em vigor. Os resultados obtidos foram que as empresas ainda estavam se adequando a norma vigente IAS 17 e que já estavam buscando incluir a norma IFRS 16, salientando que houve alteração quanto a forma de contabilização destes arrendamentos que passam a ser classificados no ativo imobilizado das companhias.

Arrozio, Gonzales e Silva (2016) evidenciaram em seus estudos as operações de arrendamento mercantil operacional com base nos demonstrativos contábeis das empresas de atacado e varejo listadas na BM&FBOVESPA ressaltando os impactos quanto a IFRS 16. Os resultados obtidos com base em indicadores aplicados nas demonstrações de 2015 e demonstrações ajustadas, destacam que houve um impacto quanto a estrutura patrimonial causando um aumento no endividamento, na alavancagem e uma queda na liquidez devido a contabilização de novos ativos e passivos.

Assim como no Brasil, no âmbito internacional tiveram diversos estudos abordando sobre a mudança que ocorreu na norma referente a arrendamentos, tendo em vista que a norma terá o mesmo efeito sob as demonstrações financeiras das empresas dos demais países. Diante disso, os próximos trabalhos mostram como foi abordada esta nova forma de contabilizar e de evidenciar nas demonstrações.

Morales-Díaz e Zamora-Ramírez (2017) desenvolveram um estudo tratando dos impactos que a IFRS 16 traria para as decisões das empresas nas demonstrações financeiras, enfatizando que os impactos nas empresas podem ser diferentes em função da série de decisões que a direção deve tomar. No estudo essas decisões são divididas em tratamentos contábeis alternativos permitidos para certos aspectos pela norma e estimativas que devem ser analisadas quanto aos efeitos nas demonstrações financeiras. O artigo traz análises que mostram alguns procedimentos que podem ser utilizados para que as decisões sejam tomadas de modo que reduzam o impacto causado pela norma em sua alavancagem.

Öztürk e Serçemeli (2016) em seu estudo procuram evidenciar nas demonstrações que mostram a posição financeira e índices, o impacto da IFRS 16. Para isso fizeram um estudo de caso sobre uma companhia aérea da Turquia, foram feitas análises com base no método de capitalização de arrendamento construtivo desenvolvido por Imhoff et al (1991) nos

documentos disponibilizados. Tendo como principal resultado uma mudança significativa na relação total de passivo/patrimônio, com um aumento no passivo e uma queda no patrimônio líquido.

Sari, Altintas e Tas (2016) desenvolveram um trabalho que teve como intuito avaliar o efeito da IFRS 16 sobre o setor de varejo turco, tendo em vista que com a nova norma haveria mudanças na contabilização das locações e em como seriam apresentadas nas demonstrações financeiras. Com isso, foi simulado um resultado previsto para o padrão de arrendamento IFRS 16, utilizando o método de capitalização construtiva nas empresas de varejo turcas, obtendo resultados significativos no ativo e passivo total, devido aos arrendamentos operacionais capitalizados, o que influencia nos resultados dos indicadores calculados.

Săcărin (2017) fez uma comparação em seu estudo entre a análise da IFRS 16 e a IAS 17, enfatizando que as principais consequências a serem encontradas em relação a aplicação da IFRS 16 são as informações adquiridas com base nas demonstrações financeiras e nos indicadores financeiros. Com a nova norma não será mais diferenciado o arrendamento financeiro e o operacional, todos os contratos de arrendamento serão apresentados na demonstração financeira. Com isso evidentemente haverá uma alteração nos indicadores, pois o ativo e o passivo aumentarão.

Portanto, em relação aos estudos anteriores, tanto nacionais quanto internacionais, observa-se que o enfoque nas alterações trazidas pela IFRS 16 resulta em impactos no patrimônio das empresas, sendo alguns deles positivos ou negativos, mas procurando da melhor maneira evidenciar a realidade. Baseando-se em dados hipotéticos formulados por autores se faz necessário pesquisas que analisem as demonstrações contábeis no exercício da IFRS 16.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Tipologia da pesquisa

A pesquisa é caracterizada como descritiva tendo em vista que, segundo Raupp e Beuren (2006, p.81): “[...] configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a segunda. Nesse contexto descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos”.

A coleta de dados é de natureza bibliográfica e documental, Cervo e Bervian (1983) contextualizam que a pesquisa bibliográfica parte de referenciais teóricos publicados, podendo ser realizada em pesquisa descritiva ou experimental desde que visem contribuições culturais e científicas sobre determinado assunto, tema ou problema. Sobre a coleta de pesquisa de forma documental, Gil (2017) enfatiza que essa modalidade apresenta semelhança com a pesquisa bibliográfica tendo em vista que ambas utilizam dados existentes. Os documentos analisados são as demonstrações contábeis e notas explicativas das empresas listadas no Índice Brasil 50.

Quanto à abordagem do problema trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois os dados coletados dos documentos serão analisados objetivando evidenciar as características das mudanças ocorridas pela adoção da IFRS 16 e quantitativa devido aos cálculos que são utilizados para mensurar o desempenho econômico-financeiro. Para Raupp e Beuren (2006) a pesquisa qualitativa tem como objetivo destacar as características por meio de análises aprofundadas sobre o que está sendo estudado. Já na pesquisa quantitativa, há certa superficialidade quanto a essas características, tendo em vista que é considerada pelo emprego de instrumentos estatísticos.

3.2 Amostra e coleta de dados

A amostra da pesquisa é constituída por empresas listadas no Índice Brasil 50 (IBrX50), sendo um dos índices da Brasil, Bolsa, Balcão (B3) sediada em São Paulo. O IBrX50 é um indicador de desempenho médio que avalia as cinquenta ações mais negociadas, por se tratar de um índice de retorno total, o Manual de Definições e Procedimentos dos Índices da B3, o define como: “um indicador que procura refletir não apenas as variações nos preços dos ativos integrantes do índice no tempo, mas também o impacto que a distribuição

de proventos por parte das companhias emissoras desses ativos teria no retorno do índice” (BOLSA, BRASIL, BALCÃO, 2018).

Tabela 2: Amostra das empresas do IBrX50.

Crítérios	Número de Empresas	%
Empresas listadas no IBrX50	50	100
Empresas que se repetem	4	8
Amostra Final	46	92

Fonte: Brasil, Bolsa, Balcão (2019).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Para a composição da amostra, inicialmente formada por cinquenta empresas do índice IBrX50, foi feita análise quanto as empresas listadas na carteira teórica no site da B3. Nesta análise verificou-se que havia repetição de quatro empresas as quais foram excluídas e assim à amostra final será de quarenta e seis empresas.

A coleta de dados é feita por meio da plataforma *Economática* e nos sites das empresas listadas, onde foi possível acessar as demonstrações contábeis das mesmas. Tendo em vista que a adoção obrigatória da IFRS 16 começou em 2019, mas várias companhias já tiveram a iniciativa de adotar voluntariamente e de divulgar as demonstrações adequando-se a nova norma em 2018, os períodos que foram analisados totalizam quatro anos. A escolha se justifica por se tratar de uma comparação, dando-se por dois anos antes da adoção da IFRS 16 e dois anos após, respectivamente 2016, 2017 e 2018, 2019.

3.3 Tratamento e análise dos dados

Para composição do tratamento e análise de dados realizou-se verificações de desempenho das empresas, onde foi possível observar se houve alterações quanto a adoção da IFRS 16, essa avaliação ocorreu por meio da estimação de alguns indicadores econômico-financeiros.

Aplicou-se os indicadores descritos no Quadro 1 no período de quatro anos, sendo eles 2016, 2017 antes da adoção da IFRS 16 e após 2018, 2019. Por meio destes indicadores é possível a obtenção dos impactos ocasionados na situação financeira, patrimonial e econômica das quarenta e seis empresas listadas no IBrX50.

Quadro 1: Indicadores de avaliação de desempenho.

Dimensão	Variável/Sinal Esperado	Descrição	Representa
SITUAÇÃO FINANCEIRA	Alavancagem	$\frac{PC + PNC}{Ativo\ Total}$	Nível de endividamento da companhia
	Composição de Endividamento (CE)	$\frac{PC}{PC + PNC} \times 100$	Percentual de capital de terceiros no curto prazo
	Liquidez Corrente (LC)	$\frac{Ativo\ Circulante}{Passivo\ Circulante}$	A capacidade de pagamento das companhias no curto prazo
SITUAÇÃO ECONÔMICA	Retorno sobre o Ativo (ROA)	$\frac{LL}{Ativo\ Total}$	Rentabilidade da organização no período
	Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	$\frac{LL}{PL - LL}$	Rentabilidade dos acionistas no período
	<i>Market-to-book</i>	$\frac{Valor\ de\ mercado}{Valor\ Contábil}$	Representa a expectativa de crescimento
SITUAÇÃO PATRIMONIAL	Participação do Imobilizado/variação do imobilizado	$Saldo\ Inicial\ do\ Imobilizado - Saldo\ Final\ do\ Imobilizado$	Representa o crescimento do imobilizado no período
	Tamanho da Empresa (Tam)	<i>Log natural das Vendas</i>	Verifica o crescimento da empresa em termos patrimoniais

Fonte: Elaboração do Autor.

Foram analisadas também, as notas explicativas, as quais são parte das demonstrações contábeis, onde estão descritos os critérios de avaliação e as práticas contábeis utilizadas pelas empresas. A partir disso examina-se, quanto a IFRS 16, as informações que estão descritas sobre esse processo de implantação da alteração da legislação.

CAPÍTULO 4: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Análise qualitativa da norma de arrendamentos

A IFRS 16 tem como objetivo trazer as operações de *leasing* para o balanço patrimonial das empresas, fazendo com que haja mudanças na forma de contabilizar o arrendamento. A nova norma não faz distinção quanto ao arrendamento operacional e o financeiro para o arrendatário, devido a isso é necessário contabilizar ambos. O CPC 06 (R2) destaca que ficam isentos desse reconhecimento arrendamentos a curto prazo e arrendamentos em que o ativo subjacente tenha baixo valor (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2017).

O arrendatário deve aplicar um modelo contábil onde reconhece no balanço patrimonial o ativo pelo seu direito de uso, o passivo como uma obrigação com o arrendamento de efetuar o seu pagamento e na demonstração do resultado do exercício a despesa gerada pelo arrendamento, sendo a depreciação e os juros. O reconhecimento do ativo deve ser com base no seu custo e o passivo mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento (KPMG, 2016).

Quanto à despesa com juros e depreciação, a Associação Brasileira de Empresas de *Leasing* (ABEL) em seu informativo nº 205 (2018), anteriormente demonstradas de forma linear como despesas operacionais, passam a ser reconhecidas como despesa com depreciação devido o direito de uso ser amortizado e despesas relativas a juros sobre o passivo arrendado. O ativo do direito de uso deverá ser depreciado da sua data inicial a data final da vida útil, caso haja a uma transferência de propriedade por meio do arrendamento ao final do prazo ou se houver opção de compra em relação ao custo do ativo.

Com as alterações na norma é possível notar um aumento no ativo e no passivo, Silva e Leite Filho (2018) enfatizam que se esperavam impactos significativos nas apresentações das demonstrações financeiras e de desempenho, devido à nova forma de contabilizar. Anteriormente a atualização da norma percebia-se uma preocupação em relação aos arrendamentos operacionais por prejudicar na fidedignidade das informações. Salientam ainda que com isso é identificado um aumento significativo no ativo e no passivo e o declínio de alguns índices financeiros ocasionando aflição quanto à estrutura do balanço e das políticas financeiras.

4.2 Análise do desempenho organizacional das companhias pertencentes ao IBRX50

A amostra final obtida apresenta um total de 46 empresas para os anos de 2016 a 2019, o que resultou num total de 184 observações que foram analisadas por meio das estatísticas descritivas. As análises feitas foram em relação aos indicadores de alavancagem, composição de endividamento, liquidez corrente, retorno sobre o ativo, retorno sobre o patrimônio líquido, *Market-to-book*, tamanho da empresa e variação do imobilizado.

A alavancagem é definida, de acordo com Gitman (2008) como o índice de endividamento geral que deve ser calculado utilizando a divisão do passivo exigível total da entidade pelo seu ativo total, onde o resultado quanto mais elevado indicará um aumento no lucro proporcionado pelo capital de seus investidores, tendo em vista que este indicador é utilizado para aferir a proporção dos ativos financiados da empresa. Além disso, revela também os graus de endividamento das companhias e sua dependência em relação ao capital de terceiros.

A composição do endividamento tem como objetivo identificar qual o endividamento total com terceiros é exigível a longo prazo, podendo assim com base no conhecimento dos prazos de vencimento das dívidas revelar a solvência da entidade. Para isso é aplicada a proporção passivo circulante dividido por passivo circulante somando com passivo não circulante multiplicado por cem (MARTINS, MIRANDA E DINIZ, 2018).

Barbosa (2010) define o índice de liquidez corrente como a mensuração da capacidade que a empresa tem para efetuar o pagamento de seus compromissos em curto prazo, tendo como finalidade mostrar quantas vezes o ativo circulante será capaz de cobrir as dívidas do passivo circulante. A fórmula utilizada para obtenção do resultado é ativo circulante dividido pelo passivo circulante.

Para Assaf Neto (2014), o Retorno sobre o Ativo (ROA) é um indicador de rentabilidade que demonstra a rentabilidade produzida a partir das aplicações investidas em seus ativos. Com isso, fica evidente a capacidade de gerar lucros com os ativos que a empresa possui, para a obtenção do resultado desse indicador utiliza-se a fórmula lucro líquido dividido pelo ativo total médio da companhia.

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) é um indicador que demonstra a quantidade em lucros que a empresa obteve a partir do investimento no seu patrimônio líquido. Este retorno pode ser calculado dividindo o lucro líquido pelo seu patrimônio líquido obtendo o real valor de retornos dos recursos aplicados (ASSAF NETO, 2014).

Santanna, Teixeira e Louzada (2003) conceitua o indicador *Market-to-book* como a relação entre o valor de mercado e o seu valor patrimonial, mostrando assim o seu valor de acordo com os dados contábeis. Quando a unidade é maior o mercado reconhece maior valor do que se encontra nos registros e quando a unidade é menor entende-se que se encontra maior nos registros e o mercado não reconhece tais valores. A fórmula utilizada para encontrar esse indicador é caracterizada pelo valor de mercado dividido pelo valor contábil.

O tamanho da empresa ou tamanho da firma é definido por Kayo (2015) como “um constructo que pode ser operacionalizado de diversas formas: pelo valor das vendas da firma, pelo valor dos seus ativos (ou passivos), pela quantidade de empregados, pelo valor do seu mercado, entre outras”. No presente estudo o tamanho da empresa se dá pelo *log natural das vendas*.

A variação do imobilizado foi utilizada como um comparativo para obter o resultado do imobilizado no período, podendo ser uma variação positiva ou negativa. Esta proporção foi utilizada devido à norma IFRS 16 causar alterações no imobilizado das companhias devido ao reconhecimento do arrendamento operacional. A fórmula utilizada para encontrar essa variação foi o saldo inicial do imobilizado menos o saldo final do imobilizado.

4.2.1 Análise descritiva dos dados

De acordo com a Tabela 3, as companhias analisadas no período de 2016 a 2019 apresentaram um tamanho médio de 16,58 e tiveram uma variação no imobilizado positiva. O indicador de alavancagem, que representa o endividamento geral das empresas, teve uma média de 65%, ou seja, as empresas se mostram dependentes do capital de terceiros e a composição de endividamento mensurou um percentual médio de endividamento a curto prazo de 46%, evidenciando que as companhias possuem um baixo nível de compromissos com terceiros. Quanto a liquidez corrente que se trata da capacidade da empresa de pagar suas dívidas, apurou-se que em média a cada 1 real de dívida as empresas tinham 1 real e 54 centavos para o pagamento, evidenciando uma boa solvência.

O retorno do ativo tem como propósito mostrar quanto as companhias teriam de retorno ao fazer um investimento operacional, deste modo, em média o retorno seria de 04% mostrando que tiveram ganhos ao investir em seus ativos, já o retorno do Patrimônio Líquido demonstrou em média um retorno de 15% para os seus acionistas, salientando o quanto de lucro foi gerado com o montante aplicado por seus investidores. Por fim, o *Market-to-book*,

que faz uma comparação do valor contábil com o valor de mercado e teve como resultado 2,36, indicando que as empresas se encontram superavaliadas no período analisado.

Tabela 3: Estatísticas descritivas gerais das variáveis (2016 – 2019)

Variáveis	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínima	Máxima
Tamanho da Empresa	16,5868	16,4087	1,237901	13,91983	19,13619
Variação do Imobilizado	437170	58689	3539374	-30600000	28000000
Alavancagem	0,654194	0,6801998	0,2281286	0,1227532	1,464453
Composição de Endividamento	0,4597226	0,4229734	0,2221084	0,065873	0,909505
Liquidez Corrente	1,538683	1,29923	0,7169059	0,4291245	5,083435
Retorno sobre o Ativo	0,0428017	0,0396207	0,0647905	-0,1251771	0,4461032
Retorno sobre o PL	0,1473125	0,14283	0,4655312	-4,722449	2,153133
<i>Market-to-book</i>	2,364993	1,636777	2,134372	-3,301729	9,588954

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Considerando os dados antes da adoção da norma IFRS 16, conforme demonstrado na Tabela 4, percebeu-se um comportamento da variável tamanho da empresa de 16,50 e da variação do imobilizado negativa. Quanto ao endividamento geral, ou seja, a alavancagem, em comparação com a Tabela 3 constatou-se uma queda, totalizando 64% o que representa para as empresas uma dependência do capital de terceiros e a composição do endividamento apresentou um leve aumento chegando a média de 46%, mantendo um baixo nível de compromissos com terceiros. Em relação à liquidez corrente das empresas analisadas, ocorreu uma diminuição da capacidade da empresa pagar seus credores tendo em vista que para cada 1 real de dívida as mesmas teriam 1 real e 50 centavos para poder liquidá-las, mesmo apresentado esta pequena queda as empresas ainda continuam com boa solvência com terceiros.

O indicador de retorno sobre o ativo apresentou-se estável na média de 04% em relação ao comparativo da Tabela 3, o que representa que as companhias continuam tendo um retorno positivo relativos a sua performance operacional, já o retorno sobre patrimônio líquido apresentou uma evolução de 1% chegando à média de 16% de retorno para seus acionistas, salientando um crescimento do lucro obtido no investimento dos acionistas em seu patrimônio. A última variável o *Market-to-book* demonstrou-se superavaliada, porém com uma queda de 0,38 em relação aos demonstrativos descritivos geral, totalizando em média 1,98.

Tabela 4: Estatísticas descritivas das variáveis no período anterior a IFRS 16

Variáveis	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínima	Máxima
Tamanho da Empresa	16,50346	16,2127	1,26577	13,91983	18,95354
Variação do Imobilizado	-437062,4	-388	3408710	-30600000	3439980
Alavancagem	0,6488068	0,6841904	0,2262983	0,141325	1,399406
Composição de Endividamento	0,4679689	0,4317798	0,216931	0,0898529	0,9075262
Liquidez Corrente	1,504415	1,262956	0,6932185	0,4291245	3,664146
Retorno sobre o Ativo	0,0405182	0,0372234	0,0599291	0,0529112	0,3200251
Retorno sobre O PL	0,1592745	0,1295986	0,2652337	0,1888203	1,676888
<i>Market-to-book</i>	1,987805	1,187686	1,917184	-1,002913	7,688282

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Após a adoção da norma IFRS 16 os dados apresentados na Tabela 5 mostram que houve uma frequência em relação à média do tamanho da empresa que totalizou 16,67 e a variação do imobilizado nesse período pós-adoção foi positiva, o que demonstra um alinhamento a literatura e aos estudos de Ribeiro (2017) e Sari, Altintas e Tas (2016), ambos abordaram as variações no nível dos ativos. A variável alavancagem teve um aumento, mostrando o índice médio de endividamento de 65% tendo semelhança com a Tabela 3 e ainda evidenciando uma dependência de terceiros significativa. Esse resultado corrobora aos estudos de Arrozio, Gonzales e Silva (2016) e Ribeiro (2017), que encontram resultados que apontavam para o aumento do endividamento das empresas. Já a composição do endividamento diminuiu, totalizando 45% e fazendo com que as empresas tenham um nível de endividamento menor a curto prazo.

A liquidez corrente em relação a Tabela 4, observou-se que a sua capacidade de pagamento aumentou em centavos, ou seja, para cada 1 real de dívida as empresas tinham 1 real e 57 centavos. Esse resultado vai de encontro aos estudos de Arrozio, Gonzales e Silva (2016) e Oliveira, Bonfim e Fraga (2019), que apontavam que as alterações trazidas pela IFRS 16 acarretariam numa diminuição da liquidez das companhias.

O retorno do ativo demonstrou-se constante na média de 04%, um resultado positivo para as companhias por estarem tendo ganhos em relação ao seu investimento no ativo, no entanto, o retorno sobre o patrimônio líquido caiu em relação a Tabela 04, que evidencia estáticas antes da IFRS 16, o que levou após a adoção da norma a uma queda para o retorno aos acionistas, a média do retorno totaliza 13% diminuindo o lucro dos seus acionistas. A variável *Market-to-book*, apresentou-se superavaliada com uma média de 2,73 para o mercado.

Tabela 5: Estatísticas descritivas das variáveis no período posterior a IFRS 16

Variáveis	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínima	Máxima
Tamanho da Empresa	16,67015	16,49804	1,210544	13,99467	19,13619
Variação do Imobilizado	1301900	255527	3470225	-1493585	28000000
Alavancagem	0,6595812	0,6801998	0,2310576	0,122753	1,464453
Composição de Endividamento	0,4514763	0,394286	0,2280566	0,065873	0,909505
Liquidez Corrente	1,572952	1,327305	0,7420442	0,459803	5,083435
Retorno sobre o Ativo	0,0450852	0,0417396	0,069568	-0,12518	0,4461032
Retorno sobre o PL	0,1353506	0,1554638	0,6043029	-4,72245	2,153133
<i>Market-to-book</i>	2,733982	2,188826	2,277687	-3,30173	9,588954

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

4.2.3 Análise sobre a Correlação de Pearson

A análise de correlação dos dados mostra a relação dos indicadores entre si, para que obtenha uma relação forte entre as mesmas é necessário que o coeficiente seja no mínimo de 0,30. Diante disso, observa-se um asterisco nas relações que foram estatisticamente significantes ao nível de 1%.

Conforme evidenciado pela Tabela 6, os resultados revelaram uma relação inversamente proporcional entre a liquidez e a alavancagem financeira das companhias, a relação identificada pode ser considerada como forte (-0,46) e estatisticamente significativa ao nível de 1%, isso significa que quanto maior o nível de solvência destas companhias menor será o seu nível de endividamento, ou seja, menor a dependência de capital de terceiros.

Ao verificar a relação entre a rentabilidade, mensurada por meio do ROA, com a alavancagem também foi encontrada uma interação inversa (-0,44), ou seja, quão maior for nível de endividamento das companhias menor será sua rentabilidade operacional, nesse sentido esses resultados revelam que uma maior utilização de capital de terceiros resultará numa perda de rentabilidade por parte destas companhias.

Quanto a interação entre tamanho da empresa e a alavancagem obteve-se uma relação direta (0,35) significativa ao nível de 1%, que evidencia quanto maior for o crescimento da empresa maior será o seu endividamento, o que significa que quanto maior for a empresa maior será a presença de compromissos com terceiros.

Relacionando a liquidez corrente como a composição do endividamento encontrou-se uma interação direta (0,39) significativa que mostra que quão maior for seu endividamento a curto prazo maior será o seu nível de solvência, ou seja, quanto mais compromissos a curto prazo a empresa assumir maior será a sua capacidade de efetuar o pagamento. Mostrando uma

contradição em relação à literatura, pois na maioria das vezes, quando o número de dívidas é maior há uma redução na solvência.

O ROA mensurado em relação direta a composição de endividamento resulta em (0,26) apontando que quanto maior for o nível de endividamento a curto prazo maior será o retorno do ativo, pois quanto mais capital de terceiros investidos no seu patrimônio maior será o retorno destes para a companhia. Já a relação da *Market-to-book* e a composição de endividamento resultou em uma relação direta (0,32) ressaltando que quão maior for o endividamento em curto prazo maior o valor de mercado das companhias, devido ser maior a sua relação com terceiros.

Ao analisar a relação da liquidez corrente e o tamanho da empresa observou-se uma relação direta (0,19) que indica que quão maior for a solvência da empresa maior será o seu crescimento, ou seja, maior capacidade de pagar suas dívidas e menor dependência do capital de terceiros resultará no crescimento das empresas.

A relação existente entre o ROA e o *Market-to-book* resulta em uma proporção direta (0,37) mostrando que quanto maior for o retorno do ativo maior será o valor de mercado, ressaltando que quanto mais as empresas forem capazes de obter resultados com investimentos operacionais maior será o seu crescimento na comparação do valor contábil com o valor de mercado. Já na relação do ROA com o tamanho da empresa salienta-se uma relação direta (0,22) que demonstra que quanto maior for o resultado dos investimentos no ativo maior será o crescimento quanto ao tamanho da empresa, tendo em vista que quanto mais às companhias forem capazes de obter retorno investindo no seu próprio patrimônio maior será a capacidade de seu tamanho aumentar.

Tabela 6: Correlação de Pearson

	Alavancagem	CE	LC	ROA	ROE	MTB	VARIMOB	TAM
Alavancagem	1,0000							
CE	0,1704	1,0000						
LC	-0,4627*	0,3992*	1,0000					
ROA	-0,4445*	0,2694*	-0,0112	1,0000				
ROE	0,0306	0,0169	-0,0787	-0,1059	1,0000			
MTB	-0,0211	0,3244*	-0,0985	0,3727*	0,1522	1,0000		
VARIMOB	0,076	-0,0181	-0,0955	-0,0445	0,0371	0,0593	1,0000	
TAM	0,3513*	0,1289	0,1986*	0,2212*	0,0214	0,0678	-0,0042	1,0000

Fonte: Dados da pesquisa (2020) Notas: CE – Composição do Endividamento; LC – Liquidez Corrente; ROA – Retorno sobre o Ativo; ROE – Retorno sobre o Patrimônio Líquido; MTB – *Market-to-book*; VARIMOB – Variação do Imobilizado; e TAM – Tamanho da empresa. (*) Estatisticamente significante ao nível de 1%.

4.2.4 Análise inferencial da divulgação das informações sobre IFRS 16.

A Tabela 7 demonstra a análise quanto ao comportamento das médias de cada variável de desempenho analisadas por meio da sua distribuição, objetivando identificar o impacto quanto a adoção da IFRS 16 em relação aos indicadores de desempenho nas companhias brasileiras listadas no IBrX50.

Tabela 7: Teste de diferenças de médias de Mann-Whitney 2016-2019.

Hipótese nula	Sig.	Decisão
A distribuição de Alavancagem é a mesma entre as categorias de IFRS16	0,907	Reter a hipótese nula
A distribuição de CE é a mesma entre as categorias de IFRS16	0,554	Reter a hipótese nula
A distribuição de LC é a mesma entre as categorias de IFRS16	0,376	Reter a hipótese nula
A distribuição do ROA é a mesma entre as categorias de IFRS16	0,312	Reter a hipótese nula
A distribuição de ROE é a mesma entre as categorias de IFRS16	0,159	Reter a hipótese nula
A distribuição de MTB é a mesma entre as categorias de IFRS16	0,002	Rejeitar a hipótese nula
A distribuição de VARIMOB é a mesma entre as categorias de IFRS16	0,000	Rejeitar a hipótese nula
A distribuição de TAM é a mesma entre as categorias de IFRS16	0,235	Reter a hipótese nula

Fonte: Dados da pesquisa (2020). Notas: CE – Composição do Endividamento; LC – Liquidez Corrente; ROA – Retorno sobre o Ativo; ROE – Retorno sobre o Patrimônio Líquido; MTB – *Market-to-book*; VARIMOB – Variação do Imobilizado; e TAM – Tamanho da empresa. (*) Estatisticamente significante ao nível de 5%.

No teste de média de Mann-Whitney para amostras independentes foi utilizado como significância (p-value) para a interpretação dos dados 5%, sendo $\alpha = 0,05$. Com isso, o nível de significância (p-value) medido maior que o nível de significância em α , a hipótese nula é retida para as variáveis de desempenho: alavancagem, composição do endividamento, liquidez corrente, retorno sobre o ativo, retorno sobre patrimônio Líquido e tamanho da empresa, mostrando uma distribuição igual para as companhias na adoção da IFRS 16, isso significa que para esta análise as alterações trazidas pela adoção da norma não causaram impactos significativos para esses critérios de mensuração de desempenho das companhias.

Já as variáveis de desempenho *Market-to-book* e variação do imobilizado, apresentaram-se rejeitadas na hipótese nula devido ter significância menor que α , apontando uma distribuição diferente pós-adoção IFRS 16, o que pode sugerir alguns efeitos trazidos pela adoção das alterações na regulação. Esses resultados corroboram as discussões levantadas nas pesquisas de Sari, Altintas e Tas (2016) e Ribeiro (2017) a respeito dos impactos da IFRS 16.

CAPÍTULO 5: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O objetivo deste estudo foi analisar as mudanças trazidas pela IFRS 16 no desempenho econômico-financeiro das companhias listadas no IBrX50. Para encontrar esse impacto foram aplicados alguns indicadores de desempenho da situação financeira, econômica e patrimonial no período de 2016 a 2019, tratando-se de dois anos antes e dois anos após a adoção da norma.

A amostra inicial era composta por cinquenta empresas do IBrX50 da B3, porém devido algumas repetições de quatro empresas foi feita uma exclusão findando em uma amostra de quarenta e seis empresas com um total de cento e oitenta e quatro observações analisadas de forma quantitativa.

Os resultados evidenciam, quanto ao primeiro objetivo específico, as principais alterações trazidas pela IFRS 16 que estão relacionadas à forma de contabilização e reconhecimento do arrendamento mercantil no balanço patrimonial e nas demonstrações financeiras. Com isso, é possível observar um aumento no ativo e no passivo do arrendatário, além de uma decadência a respeito dos indicadores de desempenho.

No que se refere ao segundo objetivo específico desta pesquisa, as companhias que fizeram parte da amostra analisada apresentaram um desempenho significativo, possuindo uma boa solvência quanto a sua liquidez corrente, porém quanto a sua alavancagem, ou seja, seus compromissos com terceiros mostram-se dependentes. Já o endividamento a curto prazo, composição do endividamento, observa-se baixa quantidade de dívidas com terceiros.

As companhias demonstraram, de modo geral, uma variação positiva no imobilizado e de acordo com o indicador *Market-to-book*, superavaliadas para o mercado. Quanto aos seus acionistas as empresas, no período analisado, evidenciaram um retorno de 15% e para o investimento em seus ativos 04%.

Em resposta ao terceiro objetivo específico, os resultados encontrados apontam que as companhias após a adoção da IFRS 16 permaneceram evidenciando uma boa solvência, porém ainda apresentaram uma dependência de terceiros. O seu nível de endividamento diminuiu em 1% a curto prazo e o tamanho da empresa cresceu.

A variação do imobilizado permaneceu positiva e teve um aumento significativo quanto ao *Market-to-book*, salientando uma superavaliação das companhias para o mercado de 2,73. Permaneceu-se constante o retorno do ativo em 04%, porém houve um declínio quanto ao retorno para os acionistas totalizando 13%.

Destaca-se ainda, que após a adoção da IFRS 16, os indicadores *Market-to-book* e variação do imobilizado, de acordo com o teste de médias de Mann-Whitney, demonstraram variações significativas de sua distribuição no período posterior à alteração da regulação, evidenciando os efeitos que a adoção da norma trouxe para as companhias.

Acentua-se como principais limitações para a elaboração deste trabalho, o tamanho da amostra, pois foram analisadas apenas 46 empresas e o período de pesquisa, considerando o pouco tempo da implementação da norma. Diante disso, sugere-se para pesquisas futuras uma amostra de mais empresas ou divisão da amostra por setor com um período mais extenso da aplicação da IFRS 16.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 790.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE LEASING – ABEL. São Paulo, n. 205, 2018. Disponível em: <http://www.leasingabel.com.br/wp-content/uploads/2018/12/info_abel_205_v19.pdf>. Acesso em: 09 Nov. 2019.

ARROZIO, Mariana Moreira; GONZALES, Alexandre; DA SILVA, Fabiana Lopes. Alterações nos Indicadores Financeiros das Companhias do setor de Atacado e Varejo decorrentes da Nova Contabilização do Arrendamento Mercantil Operacional. **Revista Eniac Pesquisa**, Guarulhos, v. 5, n. 2, p. 139-159, jun./dez. 2016. Disponível em: <<https://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/article/view/380>>. Acesso em: 11 Nov. 2019.

ARAÚJO, Amanda Torres de Azevedo; ZITTEI, Marcus Vinicius Moreira. Impactos na convergência das normas internacionais de contabilidade de leasing para arrendatários. **CAFI-Contabilidade, Atuária, Finanças & Informação**, v. 1, n. 1, p. 44-57, jul. 2018. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/CAFI/article/view/36954/25178>>. Acesso em: 09 Nov. 2019.

BARBOSA, Heitor Monteiro. A análise de demonstrativos financeiros como ferramenta para tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. **Scientia FAER**, Olímpia, v. 2, n. 2, p.15, jan/jun. 2010. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170802100924.pdf>. Acesso em: 24 Mai. 2020.

BOLSA, BRASIL, BALCÃO – B3. Índice Brasil 50 – IbrX50. 2019. Disponível em: <http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-amplos/indice-brasil-50-ibrx-50.htm>. Acesso em: 10 Out. 2019.

BOLSA, BRASIL, BALCÃO – B3. Manual de Definições e Procedimentos dos Índices da B3. 2018. Disponível em: <<http://www.b3.com.br/data/files/AF/83/C4/BA/25CB7610F157B776AC094EA8/Conceitos-Procedimentos-nov2018.pdf>>. Acesso em: 10 Out. 2019.

BOLSA, BRASIL, BALCÃO – B3. Composição da Carteira. 2019. Disponível em: <http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-amplos/indice-brasil-50-ibrx-50-composicao-da-carteira.htm>. Acesso em: 10 Out. 2019.

BOMFIM, Emanuel Truta do. **Performance de empresas brasileiras**: avaliação do efeito provocado por operações de fusões e aquisições. 2014. 99f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Programa multi institucional e inter-regional de pós-graduação em ciências contábeis UnB/UFPB/UFRN. Universidade Federal de Brasília – UnB; Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. João Pessoa, 2014.

BORTOLUZZI, Sandro César et al. Avaliação de desempenho econômico-financeiro: uma proposta de integração de indicadores contábeis tradicionais por meio da metodologia multicritério de apoio à decisão construtivista (MCDA-C). **Revista Alcance**, Biguaçu, v. 18, n. 2, p. 200-218, abr./jun. 2011. Disponível em:
<<https://www.redalyc.org/pdf/4777/477748594007.pdf>>. Acesso em: 20 Nov. 2019.

CALLADO, Aldo Leonardo Cunha; CALLADO, Antônio André Cunha; ALMEIDA, Moisés Araújo. Análise dos indicadores e ações de organizações agroindustriais segundo as perspectivas do balanced scorecard. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 3, n. 3, p. 38-53, set./dez. 2007. Disponível em:
<<https://gorila.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/598/534>>. Acesso em: 20 Nov. 2019.

CARVALHO, Filipe Pollis de et al. Desempenho Setorial de Empresas Brasileiras: Um Estudo sob a Ótica do ROE, Q de Tobin e Market to Book. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 149-163, jan./abr. 2017. Disponível em:
<<http://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/3052/2031>>. Acesso em: 11 Nov. 2019.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**: para uso dos estudantes universitários. São Paulo: Ed. McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 00 (R1): Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. 2011. 35p. Disponível em:
<http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 11 Nov. 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 06 (R1): Operações de Arrendamento Mercantil. 2010. 18 p. Disponível em:
<http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/163_CPC_06_R1_rev%2008.pdf>. Acesso em: 11 Nov. 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 06 (R2): Operações de Arrendamento Mercantil. 2017. 38 p. Disponível em:
<[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/533_CPC_06_\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/533_CPC_06_(R2).pdf)>. Acesso em: 11 Nov. 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 27: Ativo Imobilizado. 2009. 19 p. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/316_CPC_27_rev%2013.pdf>. Acesso em: 11 Nov. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e dá outras providências. Resolução n. 1.055, de 07 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/cfc1055.htm>>. Acesso em: 10 Nov. 2019.

EDEIGBA, Jude; AMENKHIENAN, Felix. The influence of IFRS adoption on corporate transparency and accountability: Evidence from New Zealand. **Australasian Accounting, Business and Finance Journal**, v. 11, n. 3, p. 3-19, 2017. Disponível em: <<https://ro.uow.edu.au/aabfj/vol11/iss3/2/>>. Acesso em: 20 Nov. 2019.

FISCHMANN, Adalberto Américo; ZILBER, Moisés Ari. Utilização de indicadores de desempenho como instrumento de suporte à gestão estratégica. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, XXIII, 1999. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPAD, 1999. p.1-14.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 173.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios da administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2008. p. 576.

KANESIRO, Janaína Cristina. **Desempenho econômico-financeiro e análise envoltória de dados (DEA): um estudo em meios de hospedagem no Brasil**. 2008. 155 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria). Centro de Educação Superior II, Universidade do Vale do Itajaí – Univali. Balneário Camboriú, 2008.

KAYO, Eduardo Kazuo. Réplica 1 - Crescimento organizacional, tamanho das firmas e valor econômico. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 142-148, jan./fev. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552015000100010&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 07 Jun. 2020.

KPMG. **IFRS 16 Arrendamentos**: Um balanço mais transparente. Brasil, 2016. Disponível em: <<https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/pdf/2016/04/br-ifrs-em-destaque-02-2016.pdf>>. Acesso em: 15 Nov. 2019.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, José Gilberto; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018. p. 264.

MATOS, Nyalle Barboza; NIYAMA, Jorge Katsumi. IFRS 16-Leases: desafios, perspectivas e implicações à luz da essência sobre a forma. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 12, n. 3. jul./set. 2018. Disponível em: <<http://repec.org.br/repec/article/view/1858>>. Acesso em: 15 Nov. 2019.

MORALES-DÍAZ, José; ZAMORA-RAMÍREZ, Constanco. IFRS 16 (leases) implementation: Impact of entities' decisions on financial statements. **Aestimatio: The IEB International Journal of Finance**, v. 17, p. 60-97, 2018. Disponível em: <<https://idus.us.es/handle/11441/81282?>>. Acesso em: 02 Mai. 2020.

MOURA, Caroline Mendes. **Análise do grau de evidenciação do arrendamento mercantil pelas empresas listadas no Ibovespa**. 2017. 25 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis). Faculdade de Ciências Contábeis - FACIC, Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Uberlândia, 2017.

OLIVEIRA, Ana Carolina Lima Braz de; BONFIM, Mariana Pereira; FRAGA, Anderson Nunes. CPC 06 (R2): Uma Análise de sua Aplicação e Impacto nas Demonstrações Financeiras da Arrendatária. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 74, set.2019. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/3471/2647>>. Acesso em: 07 Out. 2019.

ÖZTÜRK, Meryem; SERÇEMELI, Murat. Impact of New Standard" IFRS 16 Leases" on Statement of Financial Position and Key Ratios: A Case Study on an Airline Company in Turkey. **Business and Economics Research Journal**, v. 7, n. 4, p. 143-157, 2016. Disponível em: <<http://www.berjournal.com/impact-of-new-standard-ifs-16-leases-on-statement-of-financial-position-and-key-ratios-a-case-study-on-an-airline-company-in-turkey>>. Acesso em: 02 Mai. 2020.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. **IFRS tempo de mudança: O que os comitês de auditoria precisam saber sobre mudanças contábeis decorrentes da adoção do IFRS**. Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/estudos/servicos/auditoria/2017/F221_Tempos_de_mudanca_17.pdf>. Acesso em: 15 Nov. 2019.

RAUPP, Fabiano Maury. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010. p.76-96.

RIBEIRO, Denise Maria; REIS, Elizio Marcos dos; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Impacto da mudança contábil no reconhecimento de ativos nas operações de arrendamento mercantil. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 10, n. 2, p. 84-104, abr./jun. 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1170/117031345006.pdf>>. Acesso em: 11 Nov. 2019.

RIBEIRO, Tatiane. **IFRS 16: Impacto no setor aéreo**. 2017. 23 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis). Faculdade de Ciências Contábeis - FACIC, Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Uberlândia, 2017.

SĂCĂRIN, Marian. IFRS 16 “Leases”–consequences on the financial statements and financial indicators. **Audit financiar**, v. XV, n. 1, p. 114-122, 2017. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/aud/audfin/v15y2017i145p114.html>>. Acesso em: 02 Mai. 2020.

SANTANNA, Dimitri Pinheiro de; TEIXEIRA, Aridelmo. José Campanharo; LOUZADA, Luiz Cláudio. A Relação entre Market-to-Book Equity e Lucros Anormais no Mercado de Capitais no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD, XXVI, 2003, Atibaia, SP. **Anais**. Atibaia, SP, 2003.

SANTOS, Alexandre Corrêa dos; STAROSKY FILHO, Loriberto; KLANN, Roberto Carlos. Efeitos do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no value relevance das demonstrações contábeis de organizações brasileiras. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 11, n. 22, p. 95-118, jan./abr. 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/762/76230154006.pdf>>. Acesso em: 09 Nov. 2019.

SILVA, Rayane de Lima; LEITE FILHO, Paulo Amilton Maia. Uma análise sobre o impacto do Novo Padrão IFRS 16 na posição financeira e nos principais índices financeiros de empresas aéreas brasileiras. In: CONGRESSO UFPE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, XII, 2018, Recife, PE. **Anais**. Recife, PE: 2018.

SARI, Emre; ALTINTAS, Abdurrahman Taylan; TAŞ, Nihat. The effect of the IFRS 16: constructive capitalization of operating leases in the Turkish retailing sector. **Journal of Business, Economics and Finance (JBEB)**, ISSN, v. 5, n.1 p. 2146-7943, 2016. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2888364>. Acesso em: 02 Mai. 2020.